

ASSENTAMENTO SANTA CATARINA- PB: políticas públicas e a convivência com o semiárido

SANTA CATARINA SETTLEMENT - PB: public policies and the living with the semi-arid

140

Micaele de Assis da Silva

assismicaele@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa-Paraíba-Brasil

Nelcilene Lima da Silva

nelcilene.limaa@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa-Paraíba-Brasil

Submetido em 28 de julho de 2021

Aceito em 25 de agosto de 2021

Resumo

Neste artigo é analisado o processo de construção e consolidação do território camponês do assentamento Santa Catarina, localizado no município de Monteiro - Paraíba. Nas reflexões apresentadas ao longo do texto partimos do entendimento de que a conquista da terra e as políticas públicas pautadas pela convivência com o semiárido são elementos fundamentais para a reprodução da vida das famílias camponesas. Do ponto de vista metodológico, foram utilizados diversos procedimentos como a pesquisa bibliográfica visando refletir, antes do

contato direto com as famílias assentadas, as noções e entendimento teórico sobre a luta pela terra e o processo de construção de um território camponês, e trabalho de campo que compreendeu uma visita ao assentamento para aplicação de entrevistas com assentados no intuito compreender o processo de formação do assentamento, as formas de trabalho na terra, a produção, os níveis de organização e como as políticas públicas auxiliaram os assentados a permanecerem na terra. Constatamos que as formas de organização do assentamento e os resultados decorrentes das ações governamentais estão fortalecendo o desejo de permanência na terra e possibilitando a reprodução socioeconômica dos assentados e agregados.

Palavras-chave: Políticas públicas; Desenvolvimento social; Assentamentos rurais

Abstract

This article analyzes the process of construction and consolidation of the peasant territory of the Santa Catarina settlement, located in the municipality of Monteiro - Paraíba. In the reflections presented throughout the text, we start from the understanding that the conquest of land and public policies based on living with the semiarid are fundamental elements for the reproduction of life for peasant families. From a methodological point of view, several procedures were used, such as bibliographical research, aiming to reflect, before direct contact with the settled families, the notions and theoretical understanding of the struggle for land and the process of building a peasant territory, and field work which included a visit to the settlement to apply interviews with settlers in order to understand the process of formation of the settlement, the ways of working on the land, production, levels of organization and how public policies helped the settlers to remain on the land. We found that the forms of organization of the settlement and the results resulting from government actions are strengthening the desire to remain on the land and enabling the socioeconomic reproduction of settlers and households..

Keywords: Public policy; social development; rural settlements

Introdução

Neste artigo apresentamos os resultados de um trabalho de campo realizado na componente curricular Pesquisa Aplicada a Geografia, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Maria García (Departamento de Geografia – UFPB). Esse trabalho analisou as formas de luta na

terra e como as políticas públicas contribuíram para o processo de reprodução camponesa no Assentamento Santa Catarina.

Para o desenvolvimento das atividades da pesquisa, primeiramente, foram feitas uma pesquisa bibliográfica e uma leitura detalhada do livro “Terra de Morada: Diagnóstico sócio cultural do assentamento Fazenda Santa Catarina (Monteiro-Paraíba)”. Assim, com o conhecimento previamente adquirido, a partir da pesquisa bibliográfica, foi possível fazer um levantamento sobre a ocupação da área de estudo, bem como de seus aspectos naturais. Posteriormente, foi realizado um trabalho de campo para aplicação de entrevista semiestruturada. Com esse procedimento de pesquisa foi possível compreender como as políticas públicas contribuíram estrategicamente para que os assentados permanecessem na terra.

Diante deste contexto, observamos que algumas políticas públicas, como o Bolsa Família, e os projetos de convivência com a seca, por meio da Articulação do Semiárido (ASA), como o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), beneficia a todos os contemplados, pois permitem o início de um processo de autonomia frente às circunstâncias mais difíceis de vivência em uma região de clima mais árido, além do auxílio financeiro àqueles em situação socioeconômica de risco ou vulnerabilidade social. Nos períodos de estiagem são estes projetos que subsidiam a permanência do camponês no semiárido e reprodução do seu modo de vida.

Mediante o que foi exposto, e para a melhor compreensão da temática proposta, o artigo foi dividido em duas partes: na primeira, são apresentados o processo de formação do assentamento e a descrição de suas características naturais já na segunda parte, são destacadas a condição atual do assentamento após a chegada das políticas públicas e seus impactos na vida dos camponeses.

Caracterização do Assentamento Santa Catarina

Segundo o que consta no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

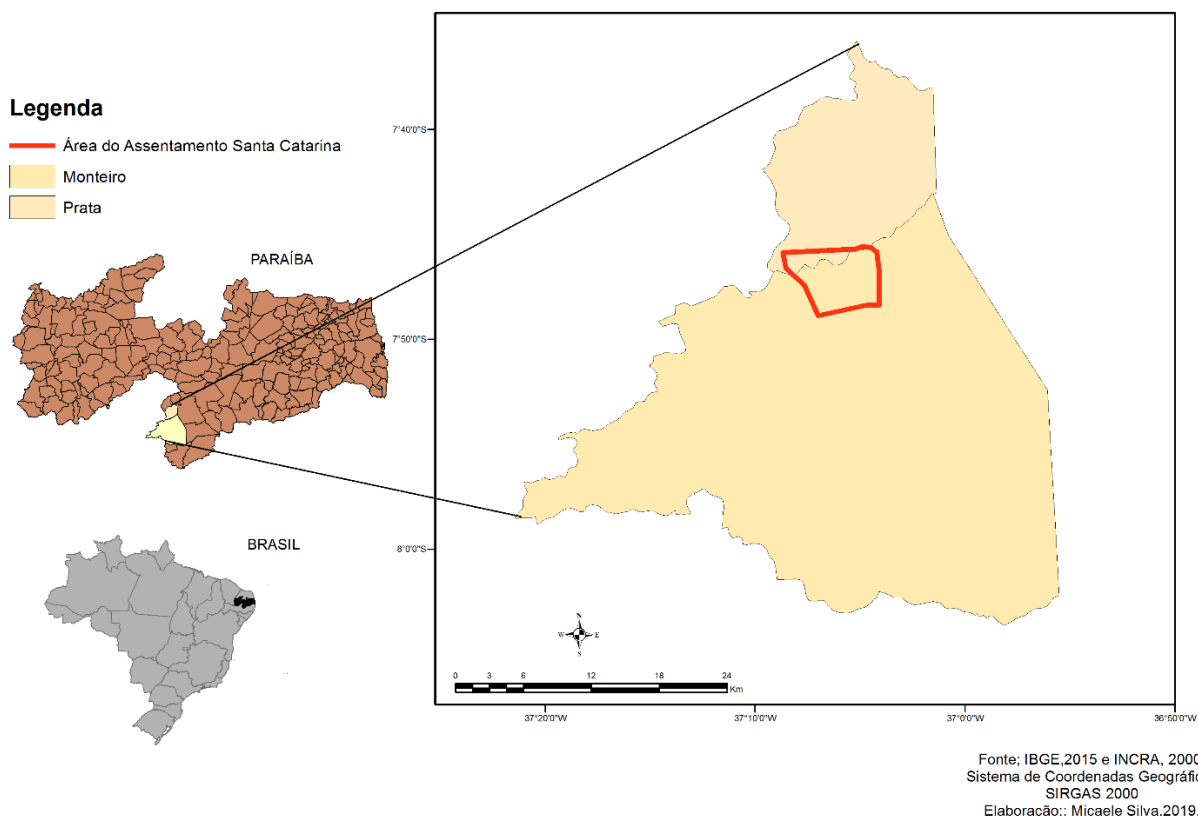
Agrária (INCRA, 2019), um assentamento rural “[...] é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.” Assim, essas unidades denominadas de parcelas ou lotes são entregues pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um

imóvel rural por outras vias. A área dos lotes num assentamento em tese depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

O Assentamento Santa Catarina (Figura 01) está localizado na zona rural do município de Monteiro e uma pequena parte no município de Prata, ocupa uma área de 11.192, 01 km², que equivale a 20% do Estado da Paraíba, sendo este criado sem conflitos diretos entre os donos da terra e quem já morava nela. A área está sob o domínio climático quente e seco, ou semiárido, tendo como principal recurso hídrico a bacia hidrográfica do Rio Paraíba, que tem sua nascente em Monteiro na Serra do Jabitacá. No que concerne a sua estrutura interna, o Assentamento é dividido em setores, comunidades ou sítios, sendo eles: Macapá, Batizal, Lagoa de Caititú, Ribeira, Louro, Barro, Tungão, Olho D’água de Santa Catarina, Matarina e Gabriel.

Figura 1- Mapa de Localização do Assentamento Santa Catarina-PB

Localização do Assentamento Santa Catarina



Fonte: (SILVA, 2019)

Segundo Silva (1997), a história do Assentamento teve início com um francês, que aportou em Recife, e que fazia negócios em lombo de animal no sertão, quando chegou em Sumé, a aproximadamente uns 150 anos atrás. Sendo este conhecedor da legislação que cedia a posse da terra, quando não haviam proprietários, ele a requereu e, com isso, passou a ser proprietário. Assim, a família Santa Cruz passou a ser proprietária de grandes extensões de terra naquela região.

Desse modo, por meio da posse, a família Santa Cruz submeteu a comunidade que residia na área a pagar renda pela terra ocupada. De acordo com Silva (1997), o Sr. Edson

Santa Cruz foi o último proprietário da fazenda, tendo assumido a administração da mesma em 1947. Ele visitava o local todo ano e era muito querido por todos, devido à sua religiosidade que o levava a organizar procissões com o povo para pedir chuva. Na administração dele estabeleceu para os moradores um contrato de quatro anos, com direito a plantar e criar os bichos na área arrendada.

Relativo ao valor do arrendamento, não era um valor dispendioso. Sendo assim, os moradores conseguiam efetuar o pagamento, como também atraíam famílias sem-terra ou que sazonalmente chegam a Fazenda Santa Catarina na época da colheita do algodão. Com o passar do tempo essa área se consolidava como local bastante povoado e não havia desentendimentos com o proprietário, pois este sempre arrendava terra a quem chegasse.

A renda da terra deixou de ser cobrada por volta de 1985, quando o Sr. Edson, neto do primeiro proprietário e último dono da fazenda que não tinha filhos, logo, não tinha herdeiros diretos, adoeceu e morreu sem que nenhuma notícia sobre esse fato tivesse chegado aos moradores da fazenda. A partir disso, houve medo sobre o que poderia acontecer por parte dos moradores, haja vista que, na inexistência de herdeiro direto legalmente, a terra deveria ser dividida entre outros descendentes, seus sobrinhos. Todavia, estes não fizeram reivindicações ou questionamentos sobre a propriedade da terra.

Contudo, havia uma segunda possibilidade para os moradores, uma vez que na propriedade havia famílias que moravam no local a mais de 30 anos e, sendo assim, poderiam requerer seus direitos de posse da sobre a terra. Somando-se a isso, veio a primeira notícia sobre a reforma agrária através de padres da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que visitaram o local. Posteriormente, o INCRA mandou técnicos avaliarem a situação e houve a desapropriação em 21 de julho de 1994. Segundo informações da Associação de Trabalhadores Rurais da Fazenda Santa Catarina da época, a área totalizava aproximadamente 3800 km² onde habitavam 453 famílias, das quais o INCRA reconheceu 345 famílias no local. Contudo, um fator que dificulta esse processo acontecer é que para esta quantidade de famílias é destinado em média 13 hectares, valor inferior ao módulo rural estabelecido pelo INCRA naquela região, que equivale a 25 hectares por família. O

assentamento mantém-se até hoje sob a classificação de Projeto de Assentamento Federal (PA), no qual nenhuma família detém o título de posse da terra.

Em relação ao ambiente natural, relatado por Silva (1997) e constatado durante a pesquisa indicam poucas mudanças, muitos dos problemas encontrados na década de 1990 são encontrados em alguma escala atualmente- os problemas relacionados ao uso do solo, as queimadas e o desmatamento, visto que a maioria das famílias entrevistadas praticava anualmente o desmatamento, a partir das queimadas, para o plantio, sendo esta prática incorporada completamente ao modo de vida dos moradores. A retirada da cobertura vegetal acontecia para diversas finalidades dentre eles a lenha para cozinhar, construir cercas e etc. No tocante às queimadas, está se trata de uma prática rudimentar de preparo do terreno, que resulta no empobrecimento do solo, a partir de sua camada superficial, sendo esta responsável em grande parte pela fertilidade do solo.

Além disso, foi verificado outro problema ambiental grave: o descarte de lixo em locais inadequados. Trata-se de uma prática comum para os moradores, tendo em vista que o sistema de coleta de lixo não é fornecido na área rural, o lixo é jogado no “mato” ou “monturo” como de “costume”. Somando-se a isso, havia a queimada de lixo mensalmente, todavia, este ainda era visto em extensão na maior parte do assentamento em questão. Em síntese, os maiores problemas ambientais verificados foram o desmatamento, as queimadas e o lixo. Cabe salientar, ainda, que a região do Cariri é considerada a área de maior desertificação da Paraíba, sendo, portanto, uma área que tende a torna-se inviável para a agricultura em pouco tempo, caso não seja revertidos os processos de degradação antrópicos, resultantes de práticas tradicionais e incorretas de uso do solo.

No que se refere à produção agropecuária, foi verificado que o principal destino da produção do assentamento é o consumo pela unidade familiar, sendo uma parcela mínima destinada a comercialização. Nesse sentido, o roçado é a principal fonte de renda do assentamento. Dentro desse contexto, cabe destacar, ainda, que a renda oriunda deste trabalho é insuficiente para a sobrevivência familiar por causa de dois motivos principais: o tamanho das propriedades, que são em boa parte inferiores ao módulo rural estabelecido

pelo INCRA, e as adversidades decorrentes da irregularidade climática.

Diante do exposto, fica evidente que os problemas existentes no assentamento são inúmeros, dentre os quais, além dos já mencionados, podem ser destacados: precariedade dos equipamentos comunitários e de infraestrutura, como escolas, postos de saúde, eletrificação, vias de circulação e telefonia.

Políticas públicas: desenvolvimento e implementação

A partir dos anos de 1960 as políticas públicas do governo federal foram intensificadas no Nordeste, especialmente no semiárido. Tais ações estavam focadas em projetos de irrigação associados à implantação de polos de desenvolvimento geridos diretamente pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Todavia, é a partir do final de

1990 e início dos anos 2000 que são desenvolvidos projetos voltados a uma concepção diferente de combate à seca.

Com novos estudos e conhecimentos foi possível apreender das práticas já usadas pelos moradores da região que poderiam ser ampliadas e novas formas de infraestrutura para agora não combater a seca e o solo “pobre”, mas sim promover a convivência com a seca ou estiagem, característica inerente a uma região de clima semiárido. Para que esse panorama de conceitos e obras concretizadas pudessem mudar e existir foi necessário intervenções políticas de movimentos sociais que expressam a dinâmica dos povos e suas necessidades formaram, portanto, a Articulação do Semiárido (ASA), para ações voltadas ao desenvolvimento sustentável a partir da água e da terra.

Segundo Andrade (2009), no tocante às políticas públicas implantadas no assentamento, tomamos como referência para refletir sobre as questões propostas neste artigo a participação e a mobilização social intermediada pela ASA, junto com parcerias com o Governo Federal, principalmente, com a Cooperação Internacional e apoio de setores da iniciativa privada. Como exemplo, destacamos o Programa de Formação e Mobilização

Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), que foi concebido como estratégia de captação de água da chuva e que mobilizou mais de 250.000 famílias com a construção de mais

230.000 cisternas para todo o Nordeste o projeto Cultural Curumins da Serra, que recebeu apoio do Governo Federal, e o Bolsa Família. Abaixo temos um quadro com dados da ASA sobre o número de cisternas construídas e um mapa de localização das cisternas (figura 2) nos limites do Assentamento, segundo o Serviço Geológico Brasileiro(CPRM) e o Laboratório de Estudos em gestão de Água e Território (LEGAT).

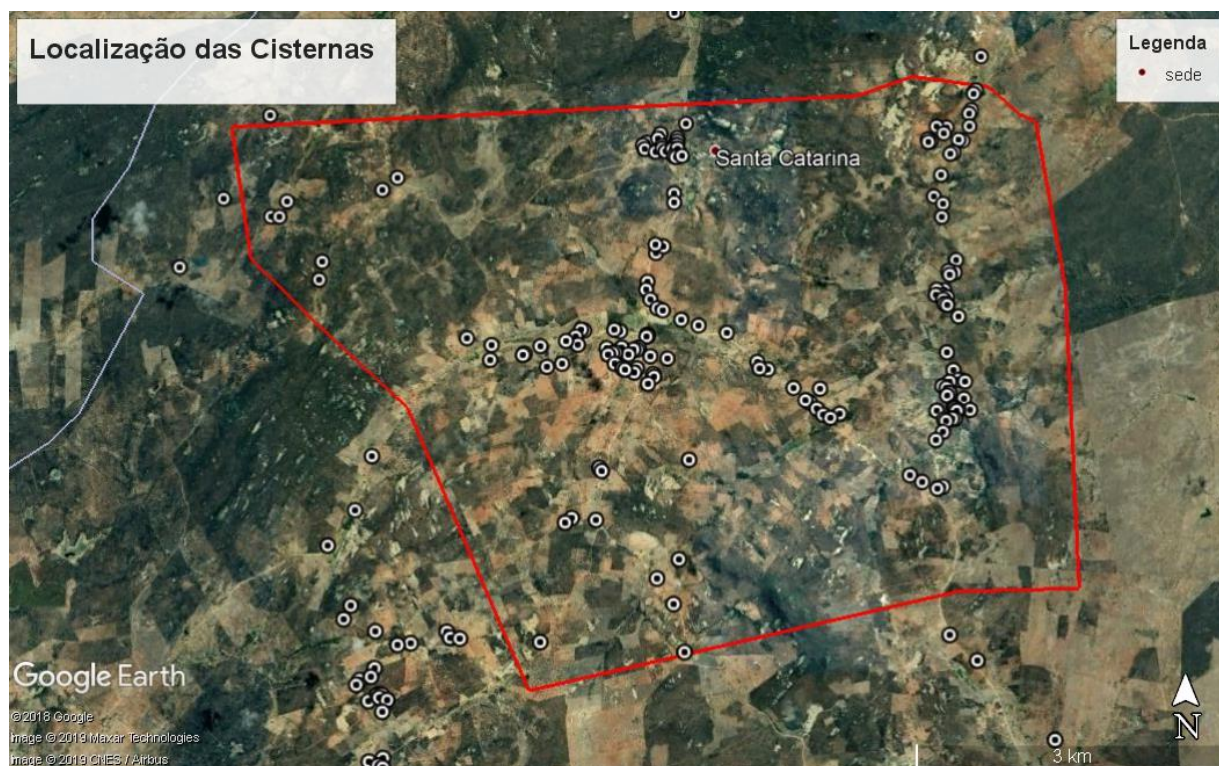
A quantidade cisternas contabilizadas (quadro 1) incluem a que beneficia as escolas e também todas que beneficiam uma casa, isso explica a quantidade de cisternas excedentes ao número de de famílias assentadas, pois o programa vem a beneficiar por família e dentro dos lotes estão as famílias dos filhos dos assentados que não saíram da terra e que por este motivo não entram na vlista de beneficiários do INCRA.

Quadro 1- Número de cisternas

Nº de cisternas construídas durante o programa	Na Paraíba	No Assentamento Santa Catarina
Mais de 230.000	81.036	Mais de 280

Fonte: Articulação do Semiárido, 2019.

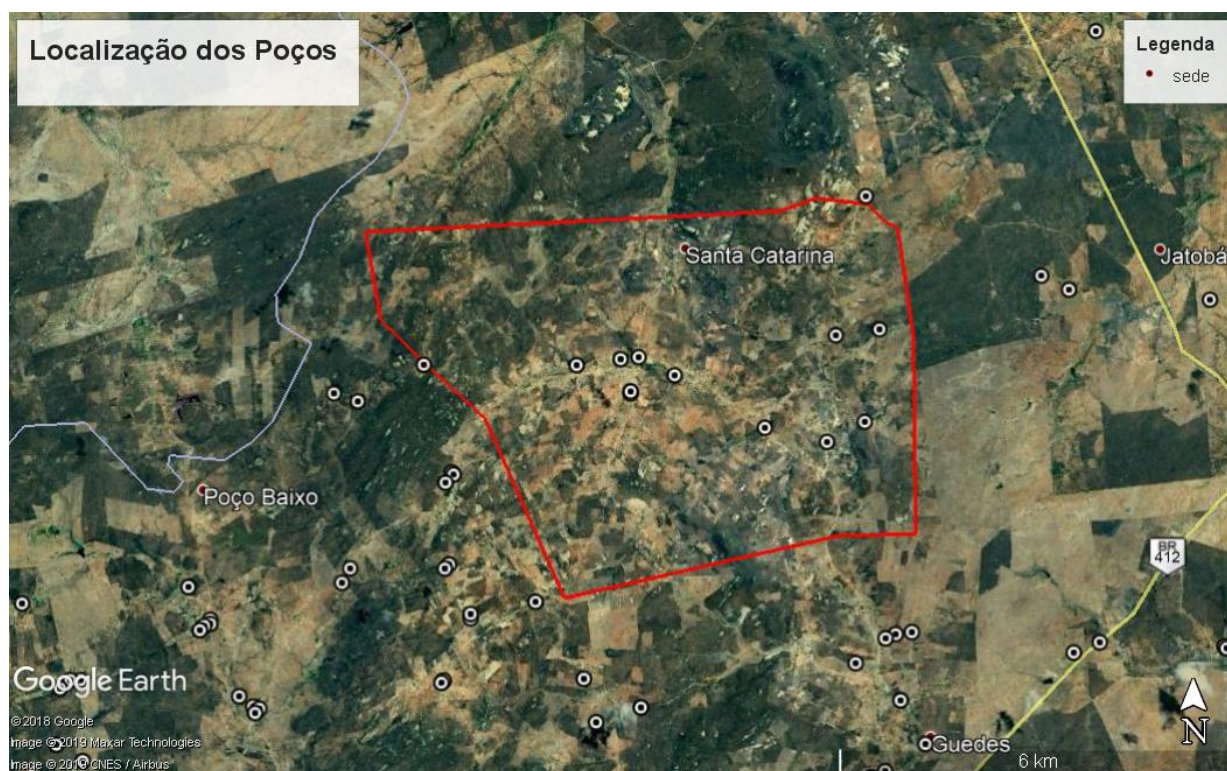
Figura 2- Dispersão das cisternas dentro do assentamento



Fonte: CPRM e LEGAT, 2019.

A Paraíba foi beneficiada com a construção de cisternas para escolas, ao todo foram construídas 631 cisternas de 16 mil litros destinadas exclusivamente para beneficiamento dos alunos e necessidades da escola. Além destas obras, ainda foram construídos 12 poços tubulares no assentamento até 2013 por meio de incentivo federal, segundo CPRM, como mostra o mapa (figura 3).

Figura 3- Dispersão dos poços no assentamento



Fonte: CPRM e LEGAT, 2019.

As políticas públicas são criticadas como forma de dependência dos beneficiários. Ao contrário desta afirmativa, as organizações sociais fundamentaram as estratégias de ações junto às entidades com intuito de viabilizar o fortalecimento da luta em defesa da vida no semiárido, consequentemente, combatendo a dependência, pois ela não ocorre por diversos motivos, dentre os quais a forma de implementação das políticas públicas é fundamentada na Lei 9433/97 que estabelece a gestão de recursos hídricos de forma descentralizada contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades na procura da representação minimamente equitativa de estado e sociedade (GHEYI et al., 2012).

O exemplo disso, como superestrutura pública de promoção ao desenvolvimento, foi/é a transposição do Rio São Francisco que, por meio do Eixo Leste, deságua em certa

altura de um dos leitos do Rio Paraíba, principal rio do estado, com nascente em Monteiro. Que ao aumentar a vazão de água do curso do Rio Paraíba favorece todos os municípios a jusante que fazem uso de suas águas.

Segundo dados do INCRA, atualmente o Assentamento Santa Catarina tem 274 famílias beneficiadas. No tocante a qualidade de vida, verificamos que a execução de algumas políticas públicas do Governo Federal, no âmbito cultural, hídrico e de renda, trouxe uma nova configuração a localidade. Assim, observamos que as ações culturais do projeto Curumins da Serra criaram condições e oportunidades para que filhos dos assentados que participam do projeto viajassem pelo Nordeste e se apresentassem em festivais de música na região. Esse projeto, que teve apoio do Ministério da Cultura, além de fortalecer os aspectos culturais do assentamento também deu visibilidade a região, tendo em vista o número de turista que o projeto atraiu.

Atualmente, verificamos que a maioria dos jovens participantes do início do projeto encontram-se na faculdade e outros já ingressaram no mercado de trabalho e contribui para a disseminação da arte do pífano, legado deixado por Zabé da Loca, musicista da região e conhecida nacionalmente, seu nome de nascimento é Isabel Marques da Silva, nascida na cidade Buíque, cidade do agreste pernambucano, o instrumento que lhe tornou conhecida e que repassou a tradição e cultura foi o pífano, semelhante a uma flauta, seu apelido se deu de sua vivência por 25 anos sob rochas, ou como é mais conhecido, loca junto com sua família.

Dentro desse contexto, a maioria dos entrevistados revelaram que têm alguma atividade voltada para a arte e ou estar diretamente ou indiretamente envolvido com as rendeiras. Em relação ao aspecto econômico, atualmente, foi visto que as atividades não se concentram exclusivamente na agricultura, pois esta já não era e continua sendo insuficiente para manter as famílias muito embora esta tenha sido muito favorecida pelo projeto das cisternas. Todavia, o tamanho dos módulos que segundo Moreira e Targino (1997) é um problema em todos os assentamentos da Paraíba, pouca terra para muitas famílias, e o lucro baixo com a comercialização impossibilitaram que essa atividade seja a única fonte de renda

dos assentados.

Além disso, foi constatado também que antes da ampliação do programa Bolsa Família os moradores tinham que migrar em busca de trabalho ou outras formas de ocupação para obter renda. A partir da ampliação do Programa Bolsa Família, e a inclusão das famílias assentadas no Cadastro Único, os moradores do Assentamento passaram a ter uma renda certa e, como consequência, permaneceram no território e, assim, houve diminuição dos índices de migração. Outro aspecto positivo que pode ser associado ao pagamento de recursos do Bolsa Família diz respeito à redução da degradação da vegetação caatinga. Isso porque uma das formas de obtenção de renda era a produção e venda de madeira e de carvão, principalmente para padarias e olarias, além do uso doméstico. Com o benefício do governo federal a situação mudou, e possibilitou a compra do gás de cozinha para os moradores.

Somando-se a isso, com o programa Um Milhão de Cisternas que contribuiu para a melhor qualidade da água de beber e de cozinhar estabelecimentos domésticos como também encurtou o caminho percorrido a busca de água, haja vista, que as casas são organizadas de forma esparsa e poucas famílias tinham poços em casa. Em relação à educação, o assentamento tem escolas desde o ensino infantil até o ensino médio, o que permite afirmar que os moradores dependem da cidade apenas para o ensino técnico ou superior. Constatamos que uma das escolas conta com a modalidade de ensino do campo.

No que tange a comercialização, há pequenos mercados que suprem as necessidades alimentícias daquilo que não é produzido no assentamento. Quanto aos equipamentos de saúde, constatamos que há apenas um posto de saúde para atendimento básico, porém são precárias as condições ofertadas. Outro aspecto salientado pelos entrevistados diz respeito à locomoção pelas estradas que, ainda, são de barro e isso dificulta os deslocamentos, sobretudo em momentos de urgência, além de danificar os veículos em face da precariedade existente. No entanto, essas vias são as que permitem o acesso a muitas áreas com maior distância e a rodovia principal, o que torna o trajeto desgastante e perigoso.

Portanto, constatamos que nos últimos anos, sobretudo nos Governos Federais do período de 2002-2015, o assentamento Santa Catarina foi contemplado com diversas

políticas públicas que contribuíram para a geração de renda, a permanência no território e melhorias na qualidade de vida dos assentados. No entanto, cabe registrar alguns impasses que precisam ser colados em pauta pelo poder público, visando garantir condições para os residentes da área como também gerar condições para que gerações futuras possam viver nesse espaço.

Diante do exposto, cabe destacar que o assentamento ainda não foi regularizado, mesmo estando dentro das regras impostas pelos órgãos responsáveis. Tal fato, nos leva a considerar um dado alarmante e preocupante em relação à regularização fundiária: segundo dados da secretaria especial de agricultura familiar e reforma agrária da casa civil, em 30 anos menos de 15 % das famílias assentadas receberam títulos de domínio da terra, segundo dados do INCRA.

Além disso, fica evidente a necessidade de mais escolas com a modalidade de ensino do campo como também a implantação de um campus no âmbito do ensino superior que atendam as demandas de uma população que tem no campo seu sustento e na cultura um meio de se perpetuar. Por fim, no âmbito da saúde só há equipamentos de pequenos portes o que dificulta, principalmente, para os idosos em caso de urgência e relativo a locomoção as estradas são de difícil acesso e com pouca estrutura.

Considerações finais

Portanto, as políticas públicas se constituíram como a principal garantia de fixação no território e como importante meio para a reprodução da vida. Constatamos que o acesso água não era fácil e ainda continua com algumas limitações para os moradores da área. A água para chegar até o uso cotidiano precisava de um meio de transporte, um facilitador desde um pote de barro até bombas d'água com melhor tecnologia sendo este último inacessível pela população carente antes do desenvolvimento do programa. Contudo, a dificuldade de acesso aos recursos hídricos não termina com a instalação do equipamento, pois este necessita de manutenção.

Juntamente com o Bolsa Família, como política pública e política social beneficia a

todos que precisam sem distinção da região, mas que de forma indireta contribui de forma significativa para a reprodução camponesa e a convivência com o semiárido nordestino. Salientando que este benefício é um marco para este assentamento, mas que sozinho não sanou os problemas financeiros, contudo as políticas de um Estado do Bem-Estar Social que implantaram também o sistema de previdência social com princípio da seguridade se tornou a principal fonte de renda de população camponesa que envelhece.

Cabe destacar também a inoperância do poder público frente à problemática da regularização fundiária. São muitos os problemas existentes no nordeste brasileiro que precisam de estudos mais detalhados com objetivo de auxiliar todos os residentes da região com foco nos camponeses e principalmente os assentados de reforma agrária, são camponeses que passam pelo processo de possuir o mínimo que não tinham, terra e acesso a água.

Referências

ANDRADE, F. L. de. QUEIROZ, P. V. M. Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semiárido: a influência da ASA na construção de políticas públicas. In: Küster, A. e Marti, J. F. (Orgs). **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

ASA, **Articulação no Semiárido Brasileiro**. Disponível em:
<https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/> . (Consulta: 25/10/2019)

GHEYI, Hans Raj et al (Org.). **Recursos Hídricos em Regiões Semiáridas: estudos e aplicações**. Disponível em:
<https://portal.insa.gov.br/images/acervolivros/Recursos%20H%C3%ADdricos%20em%20Regi%C3%B5es%20Semi%C3%A1ridas%20estudos%20e%20aplica%C3%A7%C3%B5es.pdf>. (Consulta: 02/04/ 2019) de 2019.

INCRA, **Relatório de Beneficiários do Programa de Reforma Agrária (PNRA)**. Disponível em:
http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reformaagraria/beneficiarios/rel_409-sr-18_pb_2.pdf. (Consulta: 09/09/2019)



[HTTPS://PERIODICOS.UFPE.BR/REVISTAS/RURALURBANO/INDEX](https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index)

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 1997.

SILVA, L. M. T. da. **Terra de morada**: diagnóstico sócio-cultural do assentamento Fazenda Santa Catarina, Monteiro. João Pessoa: Para'iwa, 1997.